



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE – DECON**

**A UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS NAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DA CIDADE DE
ALAGOA NOVA, ESTADO DA PARAÍBA**

CELESTE MARTINS MENDONÇA

**CAMPINA GRANDE - PB
2012**

CELESTE MARTINS MENDONÇA

**A UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS NAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DA CIDADE DE
ALAGOA NOVA, ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado à Coordenação do Curso de
Ciências Contábeis da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis pela referida instituição.

Orientador: Prof. Esp. João Teberge Neto

CAMPINA GRANDE – PB
2012

M539u

Mendonça, Celeste Martins.

A utilização dos sistemas de controles internos nas microempresas e empresas de pequeno porte na cidade de Alagoa Nova, Estado da Paraíba . [manuscrito] / Celeste Martins Mendonça. – 2012.

20f.; il. Color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Prof. Esp. João Teberge Neto , Departamento de Contabilidade”.

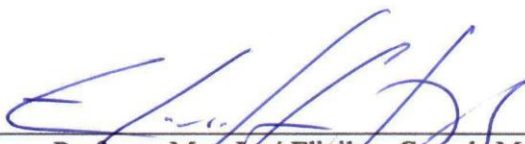
1.1 Controle Interno. 2.Microempresa 3.Alagoa Nova. I. Título.

21. ed. CDD 657.904 2

CELESTE MARTINS MENDONÇA

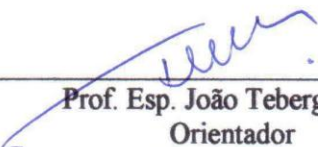
**A UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS NAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DA CIDADE DE
ALAGOA NOVA, ESTADO DA PARAÍBA**

Este trabalho de conclusão de curso – TCC foi julgada adequada para obtenção de título de bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovada em sua forma final, com a nota 9,2 (nove virgula dois).

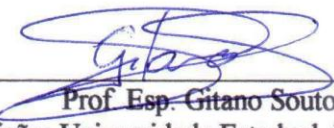


Professor Msc. José Elinilton Cruz de Menezes
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

Professores que compuseram a banca:



Prof. Esp. João Teberge Neto
Orientador
Instituição: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Prof. Esp. Gitano Souto Silva
Instituição: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Prof. Esp. Ednadi Batista da Silva
Instituição: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Campina grande – PB, 20 de junho de 2012

RESUMO

MENDONÇA, Celeste Martins. **A utilização dos sistemas de controles internos nas microempresas e empresas de pequeno porte da cidade de Alagoa Nova, estado da Paraíba.** 2012. p. 20. Trabalho de conclusão de curso – Curso Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

Atualmente é importante as empresas disporem de uma ferramenta que as auxiliem para que possam desenvolver suas atividades de forma eficaz. O controle interno tende proteger as empresas dos acontecimentos que possam afetar o seu patrimônio, tendo em vista os riscos relacionados às questões operacionais que as empresas estão suscetíveis, estes sistemas funcionam nas áreas mais comuns a todas, sendo relevante analisar a relação custo-benefício na implantação do sistema. A presente pesquisa tem como problemática demonstrar o nível de utilização do sistema de controle pelas microempresas e empresas de pequeno porte da cidade de Alagoa Nova, Estado da Paraíba, tendo como objetivo geral relatar o nível de utilização dos controles internos por tais empresas. A metodologia utilizada para realização da pesquisa tem por característica ser um estudo de caso. A partir da análise dos resultados percebeu-se que embora as empresas não utilizem um sistema de controle interno avançado, elas atendem em parte aos requisitos proposto pelo sistema. De tal modo cabe destacar que a utilização de um sistema de controle interno é de relevante importância para o crescimento e sucesso da organização.

Palavras-Chave: Controle interno. Microempresa e empresa de pequeno porte. Alagoa Nova.

1 – INTRODUÇÃO

A sociedade Pós-moderna caracteriza-se pela rapidez de informações e os inúmeros avanços tecnológicos sempre buscando a perfeição. Esta incessante busca pelo melhor atingiu também o complexo mercado empresarial que necessita cada vez mais de informações claras, objetivas e seguras acerca de seu desenvolvimento organizacional e financeiro. Assim para que tudo funcione da melhor forma possível devem ser estabelecidas ações bem planejadas para serem cumpridas e alcançadas.

Um dos meios mais eficientes para que uma empresa tenha um desenvolvimento satisfatório é a utilização de um sistema de controle interno, que tem por objetivo fundamental prevenir situações de erro, fraude e conluio de seus colaboradores no desenvolvimento de suas atividades, objetivando o alcance de suas metas. Crepaldi (2007) vem definir sistema de controle interno como os métodos e procedimentos utilizados para proteger a entidade de acontecimentos que afetem seu patrimônio.

Portanto, diante da importância da utilização de um controle interno por uma organização, notadamente de pequeno e médio porte, o presente artigo tem como objetivo primordial relatar o grau de utilização deste sistema pelas microempresas e empresas de pequeno porte do município de Alagoa Nova localizada no brejo paraibano, destacando aspectos relevantes que ajudem a entender a utilização destes sistemas pela empresas, relatando em quais componentes patrimoniais podem atuar e a relação custo-benefício considerada pelas organizações. Para efetiva realização e conclusão do trabalho foi elaborado um questionário objetivo acerca do tema para ser aplicado com os proprietários dos estabelecimentos comerciais em análise.

1.2 – PROBLEMA

Em todo estudo, deve-se ter um problema. Tal problema é uma questão que precisa ser analisada e solucionada. Segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2006), “Problema é uma questão que envolve dificuldades teóricas ou práticas, para a qual se deve encontrar uma solução”.

O problema deste artigo está assim formulado: **Qual o nível de utilização dos controles internos pelas microempresas e empresas de pequeno porte do município de Alagoa Nova, Estado da Paraíba?**

1.2 – OBJETIVOS

1.2.1 – OBJETIVO GERAL

Relatar o nível de utilização dos controles internos pelas microempresas e empresas de pequeno porte do município de Alagoa Nova, Estado da Paraíba.

1.2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conceituar e classificar os controles internos;
- Definir em quais componentes patrimoniais o sistema de controle interno pode atuar dentro das empresas;
- Relatar a relação custo-benefício na implantação do sistema de controle interno nas microempresas e empresas de pequeno porte;
- Identificar, a partir da aplicação de um questionário, como o controle interno é aplicado pela gestão empresarial das entidades pesquisadas.

1.3 – JUSTIFICATIVA

Diante da importância de se ter implantado nas organizações os sistemas de controle interno, a proposta é verificar se tais sistemas estão sendo aplicados e desenvolvidos nas microempresas e empresas de pequeno porte da cidade de Alagoa Nova, Estado da Paraíba, visto que sua utilização é importante para proteger o patrimônio da organização.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – CONCEITUAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

A obtenção de sucesso de uma empresa depende tão somente do controle administrativo sobre seu patrimônio, assim para todas as organizações é de grande importância a aplicação de um sistema de controle interno, independente do porte empresarial ou da diversidade de atividades da empresa.

Para o Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2000), O sistema de controle interno em uma organização compreende os procedimentos destinados a vigiar, fiscalizar e verificar acontecimentos que possam produzir reflexos em seu patrimônio.

Oliveira, Perez e Silva (2007, p. 83) afirmam que “[...] o controle interno é o conjunto de procedimentos que, integrados ao fluxo operacional da empresa, visa detectar e prevenir – desvios e irregularidades, intencionais ou não.”

Assim, todas as afirmações acima levam a crer que o sistema de controle interno surge na tentativa de auxiliar as organizações nos seus planejamentos operacionais, atuando na prevenção e detecção de desvios, erros, desfalques e fraudes, apesar de ser um instrumento que não oferece segurança absoluta a seus administradores.

Por conseguinte, especifica-se o sistema de controle interno em dois segmentos: Controle interno contábil e Controle interno administrativo.

Segundo Sá (2007), os controles contábeis são aqueles que se referem ao patrimônio e as demonstrações contábeis, já os controles administrativos são aqueles referentes à eficiência operacional. Observe então como exemplos de controles contábeis o controle físico dos ativos, a segregação de funções, a auditoria interna entre outros, e como controles administrativos podem ser citados o treinamento de pessoal, a análise de valores corridos e orçados e o controle de qualidade das mercadorias.

Analisando-se os exemplos acima é notória a importância destes, visto que o controle contábil preocupa-se com os princípios que salvaguardam o patrimônio e os registros das empresas, enquanto os controles administrativos estão diretamente voltados para os interesses operacionais da empresa.

2.2 – OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO

Como já foi relatado o controle interno tem por objetivo o êxito do processo administrativo de uma organização, o que reflete maiores benefícios sócio-econômicos para a mesma. Logo se percebe que não são exaltados somente objetivos financeiros, mas também aspectos sociais e ambientais que às envolve.

O Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo- CRCSP (1998, p. 19) emite que “O controle é viga mestra em que a administração se baseia para medir o alcance dos objetivos e metas, e ter certeza de que as diretrizes fornecidas pela empresa estão regularmente seguidas”.

Assim, segundo relatam alguns autores, os objetivos básicos de um controle interno podem ser resumidos:

- Comprovar a veracidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- Prevenir fraudes e possibilitar descobri-las, mais rapidamente, em caso de ocorrência,
- Localizar erros e desperdícios, promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- Estimular a eficiência do pessoal, mediante vigilância através de relatórios;
- Salvar os ativos e obter um controle eficiente sobre todos os aspectos vitais do negócio.

Portanto, as informações acima levam a concluir que controles internos bem planejados e realizados com êxito, fazem com que a empresa evolua, principalmente se os seus colaboradores têm a consciência de sua importância à continuidade das atividades da empresa.

2.3 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTROLE INTERNO

Para um melhor funcionamento da empresa, alguns princípios fundamentais devem ser seguidos, dessa forma a administração e os funcionários são levados a cumprirem determinadas regras estabelecidas pelo órgão administrador.

São considerados princípios fundamentais do sistema de controle interno:

- Existência de um plano de organização com uma adequada distribuição de responsabilidades.
- Regime de autorização e de registros capazes de assegurar um controle contábil sobre os investimentos, financiamentos e sistema de resultado da empresa (custos e receitas), ou de metas das instituições (orçamento).
- Zelo do elemento humano no desempenho das funções a ele atribuídas;
- Qualidade e responsabilidade do pessoal, em nível adequado. (SÁ, 2007. p.107)

Além destes princípios, a empresa deverá definir rotinas internas a serem seguidas, restringindo o acesso dos funcionários sobre seus ativos, segregando e/ou dividindo as funções entre seus colaboradores, confrontando sempre seus ativos com seus respectivos registros.

Porém, mesmo que a empresa siga todos os princípios básicos ainda existem limitações relacionadas ao controle interno, como o conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa e a negligência dos funcionários quando executam as suas tarefas diárias.

Portanto, é de extrema importância que a empresa efetue periodicamente verificação nos seus controles objetivando a detecção de possíveis desvios que afetem os resultados operacionais e financeiros dentro da organização.

2.4 – PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Para que se tenha maior conhecimento da funcionalidade operacional de uma empresa é preciso adentrar em cada área ou setor organizacional. Supondo que cada área é supervisionada por uma pessoa, pressupõe-se que a mesma conheça o sistema de controle interno, e que siga uma rotina que venha a contribuir para um bom desenvolvimento da empresa, levando tal conceito em consideração,

Assim, diante da importância da implantação do sistema de controle nas microempresas e empresas de pequeno porte destaca-se a seguir algumas áreas na

empresa que necessitam de maior controle para que não haja nenhum contratempo que prejudique o sucesso da entidade.

2.4.1 – Tesouraria

Este departamento dentro de uma organização tanto é responsável por armazenar o dinheiro quanto por receber e pagar, aos clientes e fornecedores respectivamente. O dinheiro que está em caixa é decorrente de vendas a vista, duplicatas descontadas e empréstimos obtidos.

Os problemas mais comuns que as empresas podem verificar nesta área estão relacionados aos desvios de dinheiro ou o mal uso de seus recursos. Desta forma configuram-se como exemplos de controles que podem ser aplicados para um melhor desenvolvimento financeiro da organização o acesso restrito ao caixa; a fixação do valor máximo disponível; o responsável pelo caixa não deve aprovar pagamentos; realização de pagamentos ou recebimentos com devida documentação fiscal; controle na programação financeira e o confronto de dados contábeis.

Fica claro que se todas estas recomendações forem seguidas será menor a probabilidade de eventuais desfalques.

2.4.2 – Contas a receber/vendas

Neste departamento são registrados todos os valores a receber em dinheiro dos clientes, decorrente das transações de vendas de produtos ou mercadorias e da prestação de serviços. Essas transações devem ser apresentadas mediante um documento fiscal ou outro documento que tenha validade jurídica, caso não seja feita tais recomendações pode se ter como agravante um aumento na inadimplência por parte dos clientes.

Neste contexto os principais controles aplicáveis a este ciclo são, controle dos títulos em atraso – acompanhando por idade de vencimento; recebimentos em cheques devem ser imediatamente cruzados para posterior depósito; somente quem é autorizado pode conceder descontos; na entrega das mercadorias, conferirem o pedido da venda com o que foi entregue; estabelecer regras para concessão de vendas a prazo (análise de créditos); entre outros.

2.4.3 – Contas a pagar/compras

Esta área é responsável pelas compras da empresa, seja de produtos, mercadorias, material de expediente ou pagamento de contas. O sistema deve garantir que só se realizem compras aprovadas antecipadamente, que tenham bons valores comerciais, e que tais operações sejam formalizadas por escrito através da escrituração das notas fiscais, e que nestas estejam especificados os produtos, fornecedores, quantidades, condições de pagamentos, etc. No setor de contas a pagar, a existência de um controle é importante para que não sejam efetuados pagamentos indevidos, que sejam efetuados em datas previstas e que os mesmos sejam contabilizados em seu período de competência.

Assim, podemos observar como principais ferramentas para um controle interno os itens a seguir: cadastro de fornecedores atualizados por natureza de bem ou serviço; métodos de cotação de preços junto ao fornecedor; formalização de compras autorizadas por escrito; confronto de notas fiscais com o pedido de compra; acompanhamento atual do estoque; programação financeira de pagamentos entre outros.

2.4.4 – Estoques

Este setor dentro de uma empresa é de fundamental importância, pois é nele que a organização encontra suporte para seguir com suas atividades operacionais. No estoque encontram-se os bens adquiridos pela empresa para venda ou para utilização própria. No plano de contas o estoque pertence ao ativo circulante, e é representado por mercadorias para revenda, produtos em elaboração, matérias primas, materiais de manutenção, entre outros. Cabe salientar que essa divisão depende da natureza da atividade da companhia. Como o estoque geralmente é bastante diversificado e numeroso, o controle sobre este deve ser rigoroso e eficiente.

Portanto os principais procedimentos que devem ser aplicados para um melhor funcionamento e controle do estoque são; registro simultâneo de entradas das mercadorias via nota fiscal e conferência dos itens; os estoques devem ser controlados e

contabilizados; levantamento de inventários periódicos; controle rigoroso da validade de produtos e o controle da quantidade de mercadorias.

2.4.5 – Funcionários/Folha de pagamento

Esta área necessita ter bastante controle pra que não ocorra nenhum erro nos cálculos da folha de pagamento, pois um só erro de cálculo pode gerar insatisfação de algum colaborador, podendo colocar em risco a vida financeira da empresa. Um dos procedimentos mais plausíveis para alcançar êxito organizacional é o treinamento do pessoal, pois o mesmo evita comportamentos inadequados que resultam na alegação de desconhecimento dos manuais de normas e procedimentos, evitando assim os riscos de fraudes e erros, contribuindo para a prosperidade da empresa.

Entretanto, o funcionamento apropriado do sistema de controle interno depende não apenas de um planejamento da organização, de procedimentos e diretrizes adequadas, deve-se selecionar funcionários aptos e experientes capazes de cumprir os procedimentos estabelecidos, de forma eficiente e econômica.

No ciclo operacional podemos identificar como controles internos: registros de pessoal (ficha de empregados); formulários de aprovação de adiantamentos; controle de ponto, contendo, nome do empregado, carga horária, intervalos, ocupação, horas extras; atualização dos arquivos de pessoal; confronto das guias a serem pagas com o resumo da folha; adequação e cumprimento da legislação trabalhista e tributária.

2.5 – RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Após definir e especificar os procedimentos adotados pelas empresas para o uso do sistema de controle interno é importante ressaltar a relação custo-benefício que tal sistema traz para uma organização.

Segundo Loureiro (2010) apud Peter e Machado (2003), A relação custo-benefício do controle interno consiste na diminuição de desvios e falhas que possam afetar os objetivos e metas propostos pela empresa.

O custo do controle não deve exceder aos benefícios oferecidos e obtidos pela empresa, uma vez que os controles devem se adequar a atividade que está sendo aplicado e ao porte da empresa. Conforme Almeida (2008, p.70) “[...] os controles mais sofisticados (normalmente mais numerosos) devem ser estabelecidos para transações de valores relevantes, enquanto os controles menos rígidos devem ser implantados para transações menos importantes”. Logo cada empresa deve atentar para definir quais transações merecem ter controles mais ou menos rígidos.

Neste sentido Migliavacca (2004, p. 19) ressalta que “a relação custo-benefício precisa ser muito bem avaliada, pois o benefício de se manter um controle deve ser maior que seu custo.

Assim cada empresa deverá fazer uma avaliação nos procedimentos exercidos por elas para adotar métodos de controle internos compatíveis com as atividades executadas.

3 – METODOLOGIA

A pesquisa em foco é caracterizada quanto aos objetivos como uma pesquisa descritiva, por relatar características de uma população através de coletas de dados. O pesquisador trabalha para informar situações, opiniões ou comportamentos que estão inseridos na população em análise.

Quanto aos procedimentos a serem adotados, a pesquisa caracteriza-se por ser uma revisão bibliográfica e um estudo de caso. Beuren et.al (2006) relata o estudo de caso como sendo um estudo concentrado em um único caso, e leva os pesquisadores a verificar in loco o objeto em estudo.

Com relação à abordagem do problema, esta se caracteriza como uma pesquisa tanto qualitativa quanto quantitativa. Assim Richardson (1999) descreve a pesquisa qualitativa pela complexidade em estudar problemas, analisando as variáveis existentes e classificando processos em grupos sociais, e a pesquisa quantitativa sendo relevante por utilizar instrumentos estatísticos desde a coleta de dados até análise e tratamento dos dados.

Portanto, para efetiva realização do presente artigo foi realizada uma pesquisa de campo em algumas empresas Alagoanovenses, onde se aplicou um questionário

contendo 18 perguntas objetivas que tiveram relevante importância para o desenvolvimento da pesquisa.

4 – ANÁLISE DOS DADOS

O objeto deste estudo são as microempresas e empresas de pequeno porte da cidade de Alagoa Nova, Estado da Paraíba, para tanto foram questionadas 25 (vinte e cinco) entidades, situadas no centro comercial da cidade e que tenham no mínimo dois funcionários envolvidos nas atividades organizacionais.

Diante de tal perspectiva o controle sobre cada transação organizacional é de fundamental importância para que os resultados sejam atingidos com maior satisfação utilizando os menores recursos possíveis, diminuindo assim formas de desperdício e erro dentro da organização.

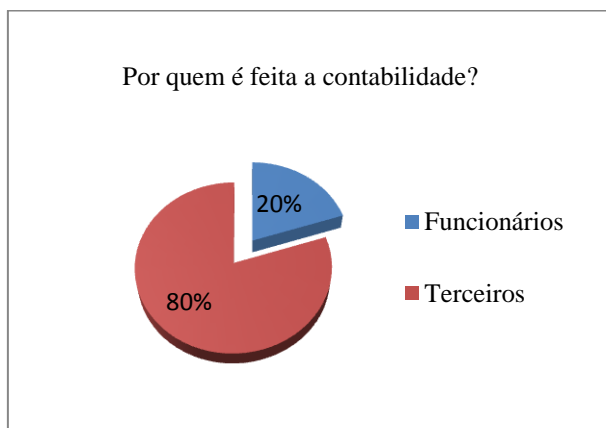
De acordo com o questionário aplicado, constatou-se que 76% das empresas em análise atuam a mais de cinco anos no mercado, 8% atuam de dois a cinco anos e 16% delas há apenas dois anos.

A responsabilidade pelo gerenciamento das empresas em 88% dos estabelecimentos é do proprietário e em 12% é de algum funcionário, o que representa uma maior participação dos proprietários nos negócios das mesmas.

O grau de instrução dos gerentes é diversificado, em 24% dos casos os gerentes têm o ensino fundamental, 56% o ensino médio, 12% o ensino superior e 8% têm pós-graduação. Quando questionados em relação à idade 28% afirmaram ter entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) anos, 48% de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) e 24% mais de 50 (cinquenta) anos de idade.

De acordo com os dados mostrados no gráfico I, percebe-se que em 80% das empresas a contabilidade é feita por terceiros e 20% por funcionários, o que nos leva a compreender que as empresas (atribuem a alguém a responsabilidade por sua contabilidade) têm a responsabilidade de manter a contabilidade atualizada.

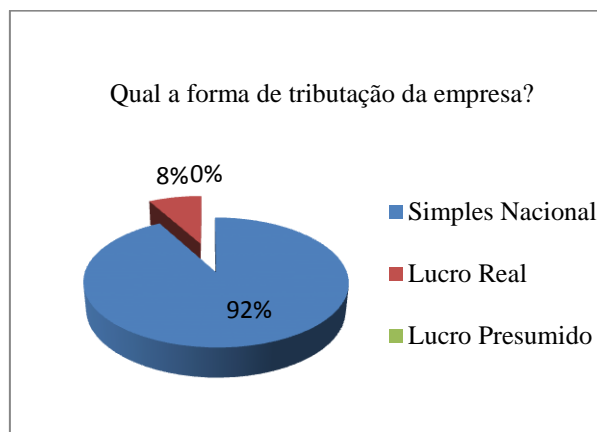
Gráfico I: Responsabilidade pela contabilidade



Fonte: Elaboração Própria, 2012.

Quando interrogados sobre qual forma de tributação se enquadra a empresa, foi constatado que a maioria é tributada pelo Simples Nacional e apenas uma pequena parcela pelo Lucro Real, conforme mostra o gráfico II, a seguir.

Gráfico II: Qual a forma de tributação das empresas

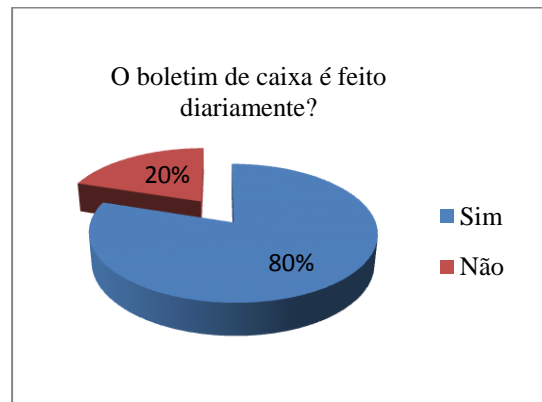


Fonte: Elaboração Própria, 2012

Nota-se portanto, que as empresas avaliam e optam pela melhor forma de tributação que a elas cabem.

Observa-se conforme o gráfico III que grande parte das empresas atribui a responsabilidade pelo caixa ao proprietário.

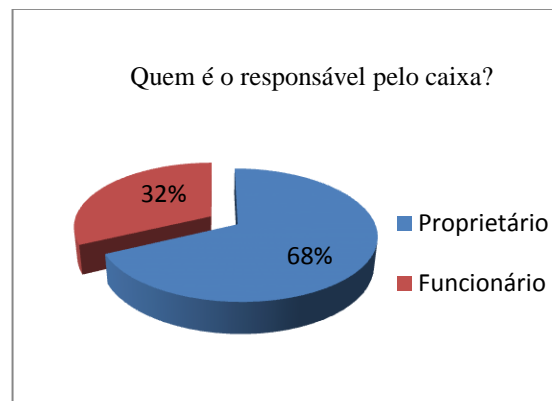
Gráfico III: Responsabilidade pelo caixa.



Fonte: Elaboração Própria, 2012.

Conforme o gráfico IV pode-se observar que a maioria também informa que fazem o boletim de caixa diariamente, evitando assim eventuais desfalques, já que uma só pessoa é responsável pelo mesmo e diariamente é confrontado o saldo em espécie com o boletim de caixa.

Gráfico IV: Boletim de caixa.

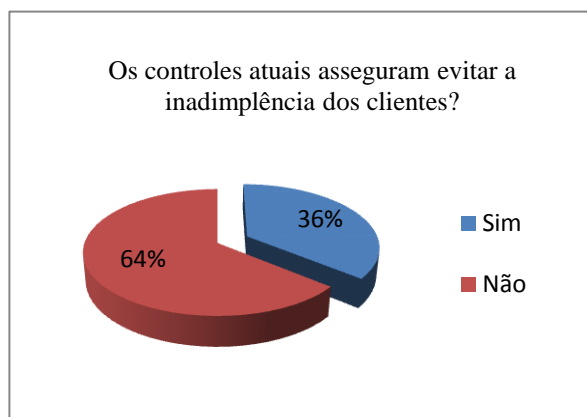


Fonte: Elaboração Própria, 2012

A pesquisa também averiguou que 28% das empresas depositam os seus recebimentos e que 72% delas não os depositam, gerando riscos de roubo ou desfalques.

Nas empresas analisadas 64% disseram que inexistente um sistema de controle capaz de evitar a inadimplência de seus clientes, porém 36% estão aparadas por um sistema capaz de avaliar os clientes para que sejam evitadas as inadimplências, conforme exposto no gráfico V, a seguir.

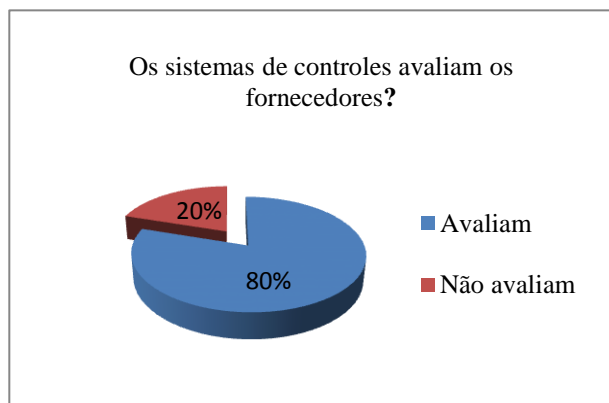
Gráfico V: Inadimplência dos clientes.



Fonte: Elaboração Própria, 2012.

Para realização das compras, 80% das empresas avaliam seus fornecedores e produtos para que tais compras sejam efetuadas nas melhores condições possíveis. Porém 20% das empresas mostraram que não avaliam seus fornecedores na hora de efetuar suas compras, podendo assim acarretar alguma perda na realização da transação. Conforme o gráfico VI, se observa que as empresas em sua maioria utilizam um sistema de controle como suporte para realização de suas compras, e que o mesmo é usado de maneira eficaz.

Gráfico VI: Avaliação dos fornecedores.



Fonte: Elaboração Própria, 2012.

Quando perguntado sobre os estoques, o responsável pelas compras alega levar em consideração o limite máximo e mínimo que deve conter no estoque. Para tanto são efetuados permanentemente inventários físicos. As empresas também têm cuidado para

que somente as aquisições efetivamente recebidas sejam pagas, evitando desconforto em relação a mercadorias que faltaram.

Asseguram os respondentes dispor de um sistema de controle que alerte o responsável pelos pagamentos dos débitos da empresa para que estes sejam pagos no vencimento, e destacam que tais pagamentos ocasionalmente são efetuados em cheque.

Em consonância com o exposto, o quadro abaixo mostra os resultados obtidos nos questionários.

Quadro: Resultado dos questionários em porcentagem.

Pergunta	Sim	Não
Nos pedidos de compra são respeitados os limites de máximo e mínimo de estoque?	80%	20%
Existem registros permanentes de estoques?	72%	28%
Existe segurança de que somente as compras efetivamente recebidas e de acordo com os pedidos sejam liberadas para pagamento?	92%	8%
Os controles asseguram que os débitos sejam pagos no vencimento?	76%	24%

Fonte: Elaboração Própria, 2012.

Cabe ressaltar que o fato das empresas analisadas serem de pequeno porte e possuírem uma pequena quantidade de funcionários não coube contemplar no questionário perguntas relacionadas aos mesmos. Porém não se descarta a probabilidade destes estarem diretamente envolvidos nos resultados da empresa, uma vez que eles participam das atividades da empresa contribuindo para o desempenho organizacional.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os estudos realizados acerca do tema proposto neste artigo, foi possível verificar que as metas e os objetivos de uma empresa poderão melhorar caso a corporação tome consciência dos benefícios que a utilização de um controle interno proporciona. No desenvolvimento do presente artigo, demonstrou-se o conceito de controle interno e a sua importância para aplicação nas principais áreas da empresa. Levando-se em consideração que, independente do porte empresarial, tal sistema apresenta-se de forma eficaz para o sucesso empresarial, proporcionando agilidade e facilidade na tomada de decisão.

Contudo, deve-se levar em consideração que os controles internos devem adequar-se a realidade da empresa, pois tudo deverá ser controlado para que o custo-benefício seja adequado a cada empresa. Sendo assim, ao realizar a pesquisa constatou-se que as microempresas e empresas de pequeno porte da cidade de Alagoa Nova - PB de certa forma utilizam o sistema de controle interno para desenvolver suas atividades. A pesquisa também mostrou que os proprietários das empresas são em sua maioria os responsáveis pela prática dos mesmos.

Assim, em consonância com o exposto acima, conclui-se que mesmo não utilizando um sistema de controle avançado, tais empresas dispõem de um grau de controle que as auxilia no desenvolvimento de suas atividades o que reflete num bom desempenho organizacional.

Por fim, de acordo com a pesquisa, deduz-se que o sistema de controle interno é uma ferramenta importante para as empresas, independente de seu porte ou atividade empresarial.

ABSTRACT

Nowadays it is important to companies have a tool that help them to improve their activities. Internal control tends protect companies from the events that may affect their property, in view of the risks related to operational issues that companies are susceptible ,these systems operate in areas common to all of them, but it's relevant to analyze the cost effective deployment. The present research is to demonstrate the extent of problematic use of the control system for micro and small companies in Alagoa Nova-PB, aiming to report the level of utilization of internal control by these companies. The methodology for conducting the research must be characterized by a study case. From the analysis of the results was observed that although the companies don't use an advanced internal control system, they support in part the requirements proposed by the system. So it is very important to say that internal control system is relevant to the growth and success of the organization.

Keywords: Internal control .Micro and small companies. Alagoa Nova

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 6. Ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

BEUREN, Ilse Maria et AL. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. SILVA, Roberto da. Metodologia Científica. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Controle interno nas empresas. São Paulo: Atlas, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria Contábil: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOUREIRO, Diogo Pavan Brito. A importância dos controles internos nas organizações. Monografia. 22 p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MIGLIAVACCA, P.N. Controles internos nas organizações. São Paulo: Edicta, 2004.

OLIVEIRA, Luiz Marins de. PEREZ JUNIOR, José Hernandez. SILVA, Carlos Alberto os Santos. Controladoria Estratégica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antonio Lopes de. Curso de Auditoria. 10. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.